

Exageros, estereótipos ou espelho da realidade? Fontes escritas como documentação da fala de negros e escravos no Brasil.

Laura Álvarez López

I. Introdução

Um dos problemas com que se deparam os lingüistas cujo objeto de estudos são os traços lingüísticos característicos na fala de africanos escravizados levados para o Brasil e seus descendentes é a falta de fontes. Apesar de quase a metade dos brasileiros serem descendentes de africanos, é praticamente impossível encontrar registros da fala de negros e escravos anteriores ao século XX no Brasil. Dado que as fontes disponíveis são bastante escassas, o aproveitamento dos registros existentes, inclusive representações escritas da fala desses grupos –sejam estes exageros, estereótipos ou representações cuidadosas da oralidade por meio de recursos utilizados por autores que procuram refletir modalidades de fala divergentes da linguagem considerada normativa– torna-se essencial. Azevedo (2003), que apresenta uma análise da representação da oralidade em obras de ficção, reconhece que “nenhuma representação da oralidade consegue captar integralmente o ato da fala” (2003: 136). Dessa perspectiva, as transcrições de gravações de fala também seriam representações. A questão é como analisar os dados de que dispomos e como validá-los.

Discute-se a seguir o papel dos falantes de línguas africanas e seus descendentes na formação do português brasileiro, a falta de registros históricos sobre a fala de negros e escravos, a natureza das fontes escritas disponíveis e os problemas encontrados na análise e interpretação das representações de fala encontradas em tais fontes.

2. O papel dos africanos na constituição histórica do português brasileiro

Os conhecimentos sobre a participação de africanos e seus descendentes na constituição histórica do português brasileiro são limitados, já que a maioria dos

dados disponíveis datam do século XX. Hoje o Brasil é o país que tem a maior concentração de descendentes de africanos fora da África. Porém, historicamente, a falta de publicações dedicadas ao negro, às línguas africanas e a variedades lingüísticas afrobrasileiras tem sido constatada (cf. Álvarez López, 2004: 81-83). Aliás, a falta de informações sobre as circunstâncias sócio-históricas e demográficas no Brasil colonial se faz sentir. Por isso, vários historiadores vêm buscando alternativas (cf. Slenes, 1983), já que não há, por exemplo, números exatos e informações detalhadas sobre as regiões de origem no que concerne os africanos levados para o Brasil. Da mesma maneira, os lingüistas procuram fontes alternativas (cf. Alkmim, 2001; Alkmim e Álvarez, 2005).

No que diz respeito aos dados demográficos, pode-se fazer uma comparação com as colônias britânicas e francesas, que estão relativamente bem documentadas desde cedo, enquanto o primeiro censo brasileiro só foi realizado em 1872 (cf. Conrad, 1972) e estimativas anteriores a essa data são raras. Sabe-se ainda que, em 1891, três anos após a Abolição, o Ministro das Finanças, Rui Barbosa, mandou queimar todos os registros oficiais do tráfico negreiro. Talvez por razões econômicas, uma vez que os proprietários poderiam exigir remuneração, já que figurava nos registros o número de escravos que cada um possuía (cf. Castro, 1976: 7).

Quanto aos registros históricos sobre as variedades lingüísticas utilizadas pela população africana e afrodescendente no Brasil, constata-se que a sua ausência chama a atenção, pelo menos até o fim do século XIX (cf. Alkmim, 2001:317; Álvarez López, 2004: 80-83; Queiroz, 1998: 18). Existem textos da autoria de cronistas, viajantes, religiosos, historiadores, que fornecem detalhes relevantes. Contudo, não se tem encontrado fontes apropriadas em grandes quantidades, que permitam reconstruir um panorama histórico consistente da situação lingüística da população afrodescendente (cf. Alkmim, 2003).

Sendo que as avaliações feitas indicam que africanos e seus descendentes constituíam dois terços –isto é uma *maioria*– da população brasileira desde o século XVII até 1890 (Mussa, 1991: 163), é evidente que a falta de pesquisas sobre a participação de falantes de línguas africanas na formação do português brasileiro não se deve à ausência de falantes dessas línguas em território brasileiro. Embora grande parte da população do Brasil tenha aprendido o português como segunda língua durante vários séculos, as hipóteses sobre as causas da variação e da mudança lingüística no Brasil parecem variar conforme a época na qual cada estudo foi realizado, das ideologias com as quais os autores se identificavam e da orientação lingüística de cada um. Portanto, poucos estudos lingüísticos sobre o português

brasileiro consideram o fato de ter havido períodos na história do português brasileiro “quando o português falado como L2 foi uma realidade diária e serviu como modelo para a aquisição de L1 em determinados contextos sociais” (Baxter & Lopes 2005).

O apagamento da herança lingüística afrobrasileira aparece, sobretudo, como um produto das ideologias que marcaram e ainda marcam as atitudes lingüísticas, contribuindo para a estigmatização de afrodescendentes, das línguas africanas e das variedades lingüísticas afrobrasileiras. Assim, a falta de interesse por parte de muitas instituições acadêmicas revela um posicionamento que consiste em ignorar uma área de pesquisa que carece de prestígio, por razões ideológicas (cf. Perl & Schwegler, 1998: 4; Castro, 2001: 67; Álvarez López, 2004: 81-86).

3. A natureza das fontes disponíveis

Conforme Lipski (1995; 2005: 29), uma nova variedade afrobrasileira teria surgido no Brasil do século XVIII que, dando continuidade à tradição afro-ibérica, mostrava um desenvolvimento próprio no Brasil ou Brasil-Angola. Não obstante, as informações sobre o uso de variedades afrobrasileiras, línguas africanas e condições de aquisição da língua portuguesa pelos escravos são esparsas. Não há praticamente fontes históricas sistemáticas sobre a realidade lingüística de africanos escravizados (Alkmim, 2003). Uma exceção está na obra de Antônio da Costa Peixoto que, no século XVIII, descreveu a variedade lingüística utilizada por escravos na região de Minas Gerais. Castro analisa a obra de Peixoto, que é, conforme a autora (2002: 25), “um dos raros documentos lingüísticos e o mais importante do tempo da escravidão no Brasil”.

Visto que não há registros suficientes, o uso de fontes indiretas, ou seja, representações escritas da fala de negros –produzidas sobretudo por “brancos” que compartiam com seus leitores um conjunto de normas gramaticais (cf. Azevedo, 2003: 44)– como fontes de documentação da linguagem oral de negros e escravos torna-se necessário. A maioria dessas representações foi publicada na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX.

4. Quais são as fontes escritas disponíveis?

A presença de personagens negros e escravos na literatura brasileira é praticamente inexistente até meados do século XIX. Existe atualmente um conjunto bastante limitado de representações da fala de negros e escravos no Brasil. Inicialmente

muito secundários e marginais às tramas, negros e escravos só adquiriram uma certa visibilidade com o início da campanha abolicionista, embora estivessem presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Com relação à linguagem, não foram muitos os autores que, em suas obras, procurassem sinalizar especificidades da maneira de falar de africanos e seus descendentes. Os primeiros exemplos de fala de personagens negros encontram-se no teatro de Martins Pena e datam da primeira metade do século XIX.

Cronologicamente, as representações da fala de negros e escravos até hoje estudadas são: um texto publicado por Serafim da Silva Neto (1940: 93-96; 1963: 35-39; cf. Lipski, 2005:68; Lipski sem data: Appendix #15) que data, provavelmente de 1620; os manuscritos de Antônio da Costa Peixoto (1731-41) analisados em Castro (2002); um texto brasileiro que teria sido publicado em 1789 (Lipski, 2005: 67), apresentado por Adolpho Coelho (1967: 73-74); três folhetos de cordel (anônimos) escritos, provavelmente, na segunda metade do século XIX, e reeditados em 1999 por Diniz e Müller de Oliveira; uma variedade de fontes escritas –textos literários e charges– analisadas nos trabalhos de Alkmim (1995; 1996; 2001; 2002; 2003; 2004); um conjunto de fontes que contém representações escritas de tradições orais apresentadas em Alkmim & Álvarez (2005); e alguns exemplos do século XX fornecidos por Roger Bastide (1943) e Arthur Ramos (1935). Oliveira (2004), por seu lado, estuda a ortografia em 13 documentos escritos por escravos no século XIX e um documento de 1770. Tendo em vista a natureza das suas fontes, este último poderá certamente chegar a resgatar alguns traços da oralidade dos indivíduos que escreveram esses documentos.

5. Reprodução de estereótipos nas fontes disponíveis

Analisando fontes *indiretas* que fornecem dados sobre línguas crioulas, Baker & Winer (1999: 103) constata, entre outras coisas, que muitos dados referentes às línguas crioulas estão em publicações de viajantes que não dominavam essas línguas e destinados ao público europeu ou norte-americano. Contudo, os mesmos autores (1999: 103-104) afirmam que, quando os livros começam a ser publicados nas colônias, aparecem textos escritos por pessoas que ali moram e destinados a um público da mesma região. Assim, os trechos de fala citados tornam-se mais longos e surgem algumas convenções para as representações das línguas crioulas –muitas vezes inspiradas em representações estereotipadas de dialetos e socioletos das metrópoles.

Da mesma maneira, Lipski (sem data) menciona, repetidas vezes, a

problemática derivada do fato de as descrições da linguagem de falantes de variedades afro-ibéricas encontradas em fontes literárias terem sido influenciadas pelos preconceitos dos autores. Isso leva, segundo o mesmo autor, à *exageração* e à *reprodução de estereótipos* que atribui aos personagens negros erros e distorções que nem sempre refletem a maneira como realmente falavam. A reprodução de estereótipos se explica ora por razões ideológicas, ora como recurso humorístico. Nesse sentido, as críticas contra a utilização de representações escritas da fala tem a ver sobretudo com as representações estereotipadas do nível fonético-fonológico da linguagem (Azevedo, 2003: 137). E aqui, surge uma outra questão: quais são os estereótipos no que concerne negros, escravos e as variedades lingüísticas por eles faladas?

Lustosa (2004), discorre sobre “a imagem do negro na tradição cultural brasileira”, chegando à conclusão que este é “sinônimo de coisas negativas”: mentiroso, ladrão, feiticeiro, falso, desclassificado social. É sabido que as primeiras cargas de africanos escravizados provavelmente chegaram à Bahia na década de 1530. Observa-se ainda que os primeiros textos escritos sobre o Brasil durante o século XVI, representam os negros praticamente como animais: comem milho, gostam de banana e têm certo tipo de piolhos (Sayers, 1956: 17-18, 36). Mais tarde aparecem negros tratados individualmente e até heróis da guerra contra os holandeses ou do quilombo de Palmares. No século XVII, o Brasil já estava desenvolvendo uma literatura através de autores como Gregório de Mattos ou Antônio Vieira. Mas esta ainda não era uma literatura independente, visto que os escritores tinham estudado na Europa e sido influenciados pela literatura ibérica. Aliás, tanto Mattos como Vieira descreveram aspectos da vida dos negros no Brasil colonial, demonstrando atitudes ambíguas frente ao sistema escravocrata.

Alkmim (2001), que se debruçou sobre as atitudes em relação à fala dos negros levantada em charges do século XIX, aponta atitudes e/ou julgamentos que afirmavam a ausência de razão em negros, vistos como infantis nos modos, idéias e linguagem. Os estereótipos negativos contra o negro estão igualmente presentes na literatura de cordel (Moura, 1976): a mulher sem moral, com permanente apetite sexual, que se entrega facilmente aos brancos; o marido traído; o negro que representa o mal e o demônio; o negro que procura se auto-afirmar branqueando-se. Enfim, a imagem do negro ignorante e feiticeiro e da negra como objeto de prazer têm sido estereótipos recorrentes na literatura brasileira¹. Essas representações ou clichês que tratam o negro com desprezo refletem, segundo vários estudiosos (Franklin, 1970; Moura, 1976; Santos & Vianna, 1989: 14), o

¹ Ver Moura (1988:80), a respeito dos estereótipos negativos sobre o negro como imigrante.

pensamento global da sociedade envolvente em um determinado momento histórico.

Quanto à chamada “língua de preto” na literatura, Azevedo (2003: 65; cf. Teyssier, 1959:230) afirma que houve uma “tradição representativa estereotipada” a partir do momento em que houve, em sociedades lusófonas, presença de africanos que aprendiam o português como segunda língua, isto é, a partir dos séculos XV-XVI. Nessa tradição teria havido uma certa reprodução de traços estereotipados que “habitua os leitores e cria certas expectativas, que funcionam como um ponto de referência obrigatório” (Azevedo, 2003: 137). Assim, muitos procuravam caracterizar lingüisticamente seus personagens negros e escravos, valendo-se de “marcas” que assinalavam o caráter “desviante” na fala de personagens negros em relação à fala de brancos (cf. Sayers, 1951).

No seu estudo sobre os estereótipos presentes em charges, Alkmim (2001) aponta tanto a discriminação de variedades de português marcadas por africanismos e da pronúncia dos negros, que também é avaliada negativamente como infantil e estúpida como a reprovação de variedades lingüísticas de jovens brancos adquirida pelo contato com línguas africanas, por ser, como estas, “viciada” e com “terminologia mais esquisita”. Os traços da linguagem dita “viciada”, servem para contrastar a fala de alguns personagens com a de outros e consistem, por exemplo, em: a troca de *v* por *b*, a substituição de *lh* por *i*; casos de metátese; reduções de ditongos; ausência de concordância de número e gênero (Azevedo, 2003: 65-67).

Ainda conforme Azevedo (2003: 135), a “escolha dos traços e sua combinação são parciais e seletivas, e dependem, em última análise, de uma decisão de cada autor sobre o grau de verossimilitude desejado”. Não obstante, ao comparar estes dados com dados apresentados em estudos sobre o português brasileiro, verifica-se logo que a maioria dessas características “estereotipadas” ocorrem atualmente no português vernáculo brasileiro, sendo que a não concordância de gênero é menos comum, limitando-se sobretudo às representações escritas da linguagem de africanos que falam português como segunda língua – e têm sido registradas, mais recentemente, em gravações realizadas em comunidades negras rurais como Helvécia (Alkmim & Alvarez, 2005; Baxter, 1998). Concordo, portanto, com Azevedo (2003: 137), que afirma que os autores dos textos literários escolhem os traços mais “salientes ou representativos” e omitem outros, que estariam necessariamente presentes em uma descrição de caráter lingüístico. Dessa perspectiva, as representações da fala refletiriam, até certo ponto, a realidade lingüística.

6. Interpretação de dados: identificação de autores e personagens

A situação acima discutida acarreta um conjunto de problemas para a interpretação dos dados de que dispomos. Nessa perspectiva, alguns questionamentos pertinentes foram colocados por Alkmim (1996: 63): “Vale o que está escrito? Apenas em parte? De modo algum? Cada caso é um caso?”.

Encontram-se, às vezes, além dos dados lingüísticos, comentários a respeito da linguagem utilizada por negros e escravos, que poderão, em parte, fornecer respostas. O trecho abaixo aparece em um folheto de cordel. Neste caso, sabe-se que se trata de uma peleja entre Inácio da Catingueira, um dos maiores cantadores nordestinos que era negro e escravo (falecido em 1879), e um negro que nasceu livre, José Patrício.

Meu pai foi um homem pobre,
Não podia me educar,
Porém aprendi a ler,
A escrever e a contar,
Não tenho traço de negro:
Se vê logo onde eu falar.” (citado em Moura 1976: 36)

Tendo nascido livre e aprendido a ler, escrever e contar, José Patrício afirma, no trecho citado, que sua fala não contém traços característicos da linguagem utilizada pela população negra. Neste trecho o cantador dá a entender que, na mesma época, existiam outras pessoas cuja fala realmente tinha algum tipo de “traço de negro” e que esses traços eram detectados facilmente ao ouvi-las falar. O exemplo acima é o *único* encontrado nas fontes consultadas que inclui um comentário metalingüístico feito por um personagem, que pela sua condição, provavelmente tinha conhecimento das variedades lingüísticas contemporâneas utilizadas por negros e escravos.

Conforme Baker e Winer (1999: 104), pode-se classificar as fontes utilizadas como documentação lingüística em duas categorias: por um lado, os textos escritos por pessoas que, por ter convivido durante muito tempo em um certo contexto sociocultural, têm conhecimentos relativamente profundos sobre a linguagem utilizada nesse meio. Por outro lado, os textos escritos, por exemplo, por viajantes que têm pouca familiaridade com a língua portuguesa e/ou com o contexto sócio-cultural no qual os dados são coletados. Por isso, é essencial, sobretudo quando os dados são escassos, investigar quais as experiências, competências, atitudes e

motivação do autor (Baker & Winer, 1999: 105, 107). Esta prática torna-se impossível no caso de textos cujo autor é anônimo, como é o caso dos folhetos de cordel acima mencionados, reeditados por Diniz e Müller de Oliveira em 1999.

No que diz respeito a autores que não têm familiaridade com a linguagem utilizada no contexto sociocultural em questão, e que publicam seus textos fora daquele contexto, os problemas encontrados são vários: interpretações erradas feitas por estrangeiros que não dominam a língua local; transcrições feitas por pessoas que não tiveram treinamento para fazê-las; poucos dados coletados com poucas pessoas durante visitas curtas; o risco de o autor, por falta de convivência, ter misturado variedades regionais que não são idênticas; e, finalmente, o risco de o autor ter copiado ou inventado exemplos de fala para tornar o texto mais interessante (Baker & Winer, 1999: 104-106).

Voltando ao texto citado por Moura (1976: 36), observa-se que as informações sobre autores/personagens facilitam a interpretação e dão validade aos comentários metalingüísticos: o autor, pelo que se diz, pertence ao grupo do qual fala. Acredito que tanto um autor que pertencia ao grupo cuja fala descreveu como outros autores nativos da região geográfica em que os dados eram coletados, eram provavelmente capazes de identificar a presença de traços lingüísticos que diferenciavam uma variedade lingüística “marcada” de variedades ditas normativas, utilizadas pelos grupos sociais hegemônicos na região em questão. Por outro lado, é difícil verificar se os escritores, ou no caso acima citado cantadores, eram capazes de distinguir os traços diferenciadores já incorporados à “norma” padrão na região geográfica em questão (cf. Lipski, 2001).

No caso de autores que convivem com o grupo cuja fala é representada, eles podem exagerar os traços lingüísticos até certo ponto, mas ao mesmo tempo, os leitores desconfiariam caso as representações se afastassem de maneira marcante da realidade (Baker & Winer, 1999:104). Nessa perspectiva, Alkmim e Álvarez (2005), analisam várias fontes onde os autores, vários deles folcloristas brasileiros, fornecem dados específicos, como a idade dos informantes ou o método de transcrição –afirmando, por exemplo, que tentaram reproduzir, nos textos em questão, a pronúncia de personagens afrobrasileiros que contam histórias ou cantam músicas.

Um outro detalhe observado é que, nas representações escritas por autores aparentemente mais sensíveis às nuances da língua, a fala de africanos cuja primeira língua é uma língua africana, não será necessariamente idêntica à linguagem utilizada por descendentes de africanos nascidos na Península Ibérica ou nas Américas. De fato, sabe-se que negros e escravos nascidos no Brasil podem ter conservado as

línguas africanas (talvez de forma reduzida ou fragmentada) como línguas hereditárias, mas a sua primeira língua era certamente o português.

Nesse sentido, Alkmim (2004), analisa representações da fala de escravos no Brasil, constatando que a tendência é que só os que são categorizados como africanos “confundem”, por exemplo, o gênero (sua pai) ou “trocam” o *d* por *r* (dizem *riabo* em vez de *diabo*). A mesma autora, analisou textos do século XIX, identificando um conjunto de obras literárias em que aparecem personagens negros e escravos. Desse modo, verificou-se que, as falas de africanos e de crioulos (esses, nascidos no Brasil), embora apresentassem semelhanças, diferenciavam-se de modo muito claro: o africano era deliberadamente representado como um falante estrangeiro, com domínio insuficiente da língua portuguesa, usuário de uma variedade lingüística particular.

Conforme o que foi dito, é importante procurar identificar, quando possível, os autores e personagens das fontes em questão. Porém, o fato de as fontes serem poucas e os grupos de africanos e afrodescendentes terem sido altamente heterogêneos e constituídos, até o século XX, de falantes de uma série de línguas africanas de diferentes famílias, é mais um fator que dificulta a reconstrução do panorama lingüístico brasileiro.

7. Métodos para validação de dados

Assim como no caso dos traços “estereotipados” acima mencionados, existe a possibilidade de verificar, até certo ponto, a validade de dados presentes em representações escritas da fala através de métodos comparativos. Se um traço lingüístico atribuído a personagens literários de origem africana é freqüente, se mostra estável ao longo do tempo e aparece em diferentes fontes escritas por diferentes autores, em diferentes regiões geográficas e tempos históricos, é muito provável que, em algum momento, realmente tenha sido característico da fala de africanos escravizados e seus descendentes. Por outro lado, devemos procurar saber se esses autores conheciam as obras uns dos outros para poder excluir a possibilidade dos textos reproduzirem traços marcados atribuídos à linguagem utilizada por afrodescendentes.

Uma outra possibilidade é comparar representações de diferentes variantes lingüísticas, neste caso seria variantes afro-iberoromances. Pesquisas recentes têm demonstrado que certos fenômenos fonético-fonológicos e morfossintáticos aparecem de maneira relativamente uniforme em várias áreas da América Latina, do Caribe e da África, onde a população afrodescendente predomina (cf. Perl &

Schwegler, 1998: 6; Lipski, 2005). Um exemplo disso é que muitos dos traços presentes no português falado atualmente como segunda língua em Luanda também aparecem em textos afro-brasileiros da época da colônia, o que indica que ambos refletiriam a aquisição de português como segunda língua por falantes de línguas da família banto (Lipski, 1995).

Como já foi dito, um recurso eficaz na análise dos dados em relação à fala de africanos e seus descendentes é procurar saber se se trata de personagens africanos ou crioulos a fim de analisar as representações de sua fala separadamente. Cabe aqui destacar que a confrontação dos mesmos dados com as características observadas na linguagem de personagens de outras origens na mesma fonte, ou pelo menos na mesma época, é igualmente frutífera para assegurar os dados.

Finalmente, acredito que a presença de características específicas em variedades lingüísticas vernáculas em comunidades afrodescendentes contemporâneas aumenta a validade das representações escritas. Nessa perspectiva, Alkmim e Álvarez (2005) comparam dados presentes em representações tanto *orais* como *escritas* de personagens afrobrasileiros.

8. Considerações finais

Apesar das dificuldades encontradas ao estudar a história da língua portuguesa, levando em conta as mudanças devidas aos contatos com línguas africanas no Brasil, a partir das poucas fontes que existem, considero que não seja uma tarefa impossível. Afinal, antigamente, muitos filólogos reconhecidos, cujos trabalhos ainda servem de base para novas pesquisas, nunca tiveram oportunidade de fazer trabalho de campo; descreviam línguas a partir de dados que lhes eram enviados por carta. Sabemos quem coletava esses dados? Qual era o método utilizado na coleta e validação de dados?

Existem atualmente uma série de textos que contém representações escritas da linguagem falada historicamente no Brasil por africanos e afrodescendentes e estes são fontes importantíssimas que devem ser estudadas minuciosamente. Na verdade, o problema enfrentado nem sempre é o fato de as fontes não serem estudos lingüísticos: alguns folcloristas, por exemplo, tiveram o cuidado de indicar a idade dos informantes e descrevem a metodologia utilizada na coleta de dados. Por outro lado, ao analisar estudos lingüísticos deve-se considerar que estes estão necessariamente marcados pelas ideologias e atitudes lingüísticas de seus autores.

O que importa, neste tipo de estudos, é que o pesquisador esteja consciente da complexidade da situação lingüística e as dificuldades de interpretação das fontes,

procurando utilizar uma metodologia adequada, que permita validar os dados disponíveis. Portanto, a análise dos dados, além de aproveitar métodos comparativos, deve incluir informações sobre as condições de produção das fontes e sobre os autores e as personagens.

Concordo com Azevedo (2003: 20) em que “há razões para crer que uma representação bem construída da fala pode fornecer dados de interesse para o estudo da variação”, sublinhando mais uma vez, que nenhuma representação da fala é um “espelho da realidade”, e que, como já dissemos, é essencial analisar cada exemplo de maneira sistemática e cuidadosa, tendo em conta que o autor pode estar exagerando, reproduzindo estereótipos ou (re)inventando marcas lingüísticas diversas por razões variadas. Por último, é importante refletir continuamente sobre a possibilidade de encontrar documentos que permitam preencher lacunas e atingir os objetivos desejados nesta área de pesquisa.

Referencias bibliográficas

- Alkmim, T. (1995). “Linguagem de escravos: estudo de um caso de representação”. *Leitura, Teoria e Prática*, 25, 42-46.
- Alkmim, T. (1996). “Linguagem de escravos: em busca de registros históricos”. *Estudos portugueses e africanos*, 28, 63-71.
- Alkmim, T. (2001). “A variedade lingüística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil”. Em R.V. Mattos e Silva (Org.), *Para a história do português brasileiro* (Vol. II, Tomo II – Primeiros estudos, 317-35). São Paulo: Humanitas FFLCH/USP.
- Alkmim, T. (2002). “Estereótipos lingüísticos: negros em charges do século XIX”. Em *Para a história do português brasileiro* (Vol. III – Novos Estudos, 383-402). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- Alkmim, T. (2003). “Português de escravos brasileiros: bases para seus estudos”. Em *Actas do VIII Simposio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba, 20-24 de janeiro de 2003, 143-46.
- Alkmim, T. (2004). “Fala de escravos brasileiros e portugueses: um esboço de comparação”. Comunicação apresentada no VI Seminário para a História do Português do Brasil, Itaparica, 20 de agosto a 2 de setembro.
- Alkmim, T. & L. Álvarez López. (2005). "Registros da escravidão: a fala de pretos-velhos e de Pai João". Comunicação apresentada no 53o Seminário de GEL - Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo – Universidade Federal

de São Carlos, 28-30 de julho.

Álvarez López, L. (2004). *A língua de Camões com Iemanjá. Forma e funções da linguagem do candomblé*. Tese de doutorado, Universidade de Estocolmo. Disponível em:

http://www.diva-portal.org/diva/getDocument?urn_nbn_se_su_diva-54-1_fulltext.pdf

Azevedo, M. (2003). *Vozes em branco e preto: a representação literária da fala não-padrão*. São Paulo: Edusp.

Baker, P. & L. Winer. (1999). "Separating the wheat from the chaff". Em P. Baker & A. Bruyn (Eds.), *St Kitts and the Atlantic creoles. The texts of Samuel Augustus Mathews in perspective* (103-122). London: University of Westminster Press.

Bastide, R. (1943). *A poesia afro-brasileira*. São Paulo: Martins.

Baxter, A. (1998). "Português vernáculo do Brasil: Morfossintaxe". Em Perl & Schwegler (1998, 97-134).

Baxter & Lopes. (2005) "O artigo definido em variação com ZERO no SN de referência específica: re-estruturação em três variedades do português". Comunicação apresentada no Congresso Internacional da ALFAL, Monterrey 17-21 outubro 2005.

Castro, Y. Pessoa de. (1976). *De l'integration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*. Tese de doutorado, Universidade Nacional do Zaire.

Castro, Y. Pessoa de. (2001). *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Castro, Y. Pessoa de. (2003). *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria de Estado da Cultura.

Conrad, R. (1972). *The Destruction of Brazilian Slavery*. Berkeley: University of California Press.

Coelho, A. (1967: 39 [1880-86]). "Os dialetos românicos ou neolatinos na Africa, Asia e América". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Reeditado em Barbosa, J. Morais (ed.) *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Diniz, A. Garcia & G. Müller de Oliveira. (Orgs.). (1999). *Conversação: cordel da cultura afro-brasileira*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Estudos Portugueses..

Franklin, J. (1970). "O preconceito racial na literatura de cordel". *Revista de cultura vozes*, 64(8), 623-27).

Lipski, J. (sem data) "Speaking 'African' in Spanish and Portuguese: literary imitations vs (socio) linguistic reality". Disponível em

- <http://www.personal.psu.edu/faculty/j/m/jml34/African.pdf>. Consultado em 20 de agosto de 2005.
- Lipski, J. (1995). “Portuguese language in Angola: luso-creoles’ missing link?” Disponível em <http://www.personal.psu.edu/faculty/j/m/jml34/angola.pdf>. Consultado em 20 de agosto de 2005.
- Lipski, J. (2001). “Panorama del lenguaje afrorioplatense: vías de evolución fonética”. *Anuário de lingüística hispánica*, 14, 281-315. Disponível em <http://www.personal.psu.edu/faculty/j/m/jml34/afroarg.pdf> Consultado em 15 de março de 2004.
- Lipski, J. (2005). *A history of Afro-Hispanic language: five centuries, five continents*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- Lustosa, I. (2004). *As trapaças da sorte – ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Moura, C. (1976). *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária.
- Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.
- Mussa, A. B. N. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UFRJ.
- Oliveira, K. (2004). “E agora, com a escrita, os escravos!”. Em S. Costa, Bastos Borba & A. Machado Filho (Orgs.), *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: Edufba.
- Peixoto, A. da Costa. (1943-44) [1741]. *Obra Nova de Língua Geral de Mina*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Perl, M. & A. Schwegler. (Eds.). (1998). *América negra: panorámica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Frankfurt am Main/Madrid: Verveurt Verlag/Iberoamericana.
- Queiroz, S. (1998). *Pé Preto no Barro Branco. A Língua dos Negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Ramos, A. (1935). *O folk-lore negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, O. de Jesus & M. Vianna. (1989). *O negro na literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa.
- Sayers, R. (1956). *The Negro in Brazilian Literature*. New York: Hispanic Institute in the United States.
- Silva Neto, S. (1940). *Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Silva Neto, S. (1963) [1950]. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

Slenes, R. (1983). “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos econômicos* 13(1), 117-49.

Teyssier, P. (1959). *La langue de Gil Vicente*. Paris: Éditions Klincksieck.